

PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

Credenciamento nº 001/2026, Edital nº 001/2026

Município de Presidente Olegário, MG

À Agente de Contratação e Equipe de Apoio

Município de Presidente Olegário, MG

Viva Mais Clínica de Saúde Ltda., inscrita no CNPJ nº 55.317.379/0001-18, com sede na Rua Santa Rita, nº 165, Centro, Presidente Olegário/MG, neste ato representada por **JULIAN GONÇALVES QUITILIANO**, brasileira, casada, empresária, inscrita no CPF nº **099.135.496-63**, vem, respeitosamente, apresentar o presente **PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS** acerca do Edital nº 001/2026, Credenciamento nº 001/2026, especialmente quanto às regras do item 5 e item 5.5, alíneas “b” e “c”, bem como quanto à divergência com a cláusula 6.4, alínea “c”, e ainda sobre **prazos** para pedidos de esclarecimentos e impugnação, pelos motivos e questionamentos a seguir.

1. QUESTIONAMENTOS OBJETIVOS

1.1. Sobre o item 5, habilitação e saneamento

Caso haja falha formal ou documento vencido, haverá possibilidade de **saneamento**, substituição ou complementação documental antes da inabilitação? Qual prazo e meio de intimação (plataforma/e-mail/diário)?

A conferência das certidões será feita por consulta eletrônica, ou é exigida anexação mesmo quando consultáveis em bases oficiais?

1.2. Sobre o item 5.5, “b”, “inadimplência” e “nota desabonadora”

O que se entende por “*inadimplentes com as obrigações assumidas junto aos órgãos fiscalizadores*”? Refere-se a anuidade/taxa, pendência administrativa, licença, ou outra hipótese?

Qual documento objetivo comprovará regularidade, por exemplo, **certidão de regularidade** do conselho/órgão competente, declaração, ou outro?

O que se considera “*qualquer nota desabonadora*”? Esclarecer se abrange autos de infração sem decisão final, processos em andamento, denúncias/ofícios, ou apenas sanções definitivas.

Havendo apontamento não definitivo, o interessado poderá apresentar justificativas e documentos antes de eventual inabilitação? Existe prazo e rito?

Há limite temporal para a “*nota desabonadora*” ser considerada relevante?

1.3. Sobre o item 5.5, “c”, credenciamento anterior e “descumprimento de cláusulas contratuais”

A expressão “*descumprimento de cláusulas contratuais*” abrange qualquer descumprimento formal, ou somente hipóteses de inexecução grave, devidamente caracterizada e motivada?

A inabilitação por credenciamento/descontratação anterior exige processo administrativo regular, com contraditório e decisão final? Quais documentos serão considerados para comprovação?

Existe limite temporal para considerar credenciamento anterior (ex.: últimos 5 anos), ou qualquer evento remoto poderá inabilitar?

O que o Município considera “irregularidade na execução” para fins do item 5.5 “c”? Há gradação por gravidade e reincidência?

1.4. Divergência entre o item 5.5 “c” e a cláusula 6.4 “c”

Esclarecer qual Secretaria/órgão é competente para a “avaliação” mencionada, visto que há divergência entre 5.5 “c” e 6.4 “c”, e se será publicada retificação para uniformização.

1.5. Prazos para pedido de esclarecimentos e impugnação

O edital prevê que qualquer pessoa pode solicitar esclarecimentos/providências/impugnar o instrumento convocatório, indicando canal de envio, e informa que a decisão ocorrerá em 3 dias úteis a contar do protocolo.

Diante disso, solicita-se esclarecer:

a) Qual é o **prazo-limite** considerado tempestivo pelo Município para o protocolo de **pedido de esclarecimentos e impugnação**, especialmente em relação à **sessão pública inaugural** indicada no quadro-resumo.

b) Considerando o caráter do **credenciamento** e a previsão de continuidade, haverá “sessões subsequentes”, e, em caso positivo, como se dará a contagem de prazo para esclarecimentos e impugnações após a sessão inaugural?

c) Caso o Município entenda aplicável algum marco temporal específico (por exemplo, dias úteis antes da sessão), requer-se que tal marco seja expressamente informado e, se necessário, **retificado/publicizado** para evitar controvérsia e assegurar segurança jurídica.

1.6. Credenciamento após a sessão inaugural, adesão contínua:

O Quadro Resumo do edital menciona possibilidade de credenciamentos durante a vigência, com sessões subsequentes à inaugural, e há previsão de apresentação de documentos “a qualquer tempo ou momento, a critério do interessado”. Assim, requer-se confirmar:

- a) se novos interessados poderão protocolar documentação e serem credenciados após a sessão inaugural,
- b) qual o procedimento para inclusão em sessão subsequente, inclusive a necessidade de solicitação por e-mail e a periodicidade indicada, e
- c) se haverá publicação/convocação para as sessões subsequentes e como os interessados serão cientificados.

1.7. Regra dos “90 dias” para documentos sem vigência, marco temporal em credenciamento contínuo (cláusula 4.7.3):

O edital dispõe que documentos que não tenham prazo de vigência devem ser datados dos últimos 90 dias “até a data de abertura da sessão inaugural”. Considerando a natureza de credenciamento e a previsão de adesão contínua (credenciamento após a sessão inaugural), requer-se esclarecer:

- a) se, para credenciamentos posteriores, o marco temporal será a data da sessão inaugural ou a data do **protocolo** do interessado,
- b) qual interpretação será adotada para evitar restrição indevida e assegurar tratamento isonômico entre interessados que ingressarem em momentos distintos.

2. CRITÉRIO DE CÁLCULO DO PERCENTUAL (20%)

Considerando que o edital dispõe que a subcontratação somente seria admitida para “serviços complementares aos serviços principais”, limitada a **20% do total dos serviços prestados**, e, ainda, menciona o Acórdão TCU nº 3144/2011 quanto à impossibilidade de subcontratação de parcelas tecnicamente mais complexas ou de valor mais significativo, solicita-se esclarecimento objetivo e formal dos pontos abaixo, para fins de segurança jurídica, isonomia e padronização do entendimento administrativo:

2.1. Critério de cálculo do percentual (20%): esclarecer como será apurado o limite de 20% previsto no item 5.1, especificando se o cálculo será realizado:

- a) pelo **valor faturado** (Tabela SUS) dos procedimentos realizados por terceiros;
- b) pela **quantidade** de exames/procedimentos,
- c) pelo número de **guias**/requisições, ou
- d) por outro critério, indicando expressamente qual.

2.2. Definição objetiva de “serviços principais” e “serviços complementares”: esclarecer, no contexto de análises clínicas, quais atividades o Município enquadra como

“serviços principais” e quais enquadra como “serviços complementares”, especialmente para evitar dúvidas sobre:

- a) fase pré-analítica (coleta, identificação, acondicionamento, rastreabilidade, transporte),
- b) fase analítica (processamento do exame),
- c) fase pós-analítica (emissão, assinatura e disponibilização do resultado).

2.3. Definição objetiva de “serviços principais” e “serviços complementares”: esclarecer, no contexto de análises clínicas, quais atividades o Município enquadra como “serviços principais” e quais enquadra como “serviços complementares”, especialmente para evitar dúvidas sobre:

- a) fase **pré-analítica** (coleta, identificação, acondicionamento, rastreabilidade, transporte),
- b) fase **analítica** (processamento do exame),
- c) fase **pós-analítica** (emissão, assinatura e disponibilização do resultado).

2.4. Compatibilização com os requisitos técnicos do edital: o edital exige documentação que pressupõe terceirização (contrato/acordo com laboratório terceirizado, lista de exames próprios e terceirizados, proficiência do terceirizado, quando aplicável – 4.5 – qualificação técnica). Assim, solicita-se esclarecer como o Município compatibiliza tais exigências com o limite percentual do item 5.1 e com o item 5.2 (termo de referência), evitando interpretações contraditórias e restritivas.

2.5. Modelo operacional admitido: esclarecer se o Município admite, no âmbito deste credenciamento:

- a) credenciamento de **unidade de coleta** com contrato formal de execução analítica por laboratório parceiro, com responsabilidade técnica definida e garantia de qualidade, ou
- b) se o Município exige que o credenciado possua **estrutura própria de execução analítica** para parte relevante dos exames.

2.6. Autorização prévia por escrito (item 5.1 – termo de referência): caso se admita a execução analítica por laboratório parceiro, esclarecer: a) se a **autorização prévia** poderá ser concedida já na habilitação, mediante apresentação do contrato e

documentos técnicos do parceiro, ou b) se será exigido requerimento específico após o credenciamento, e qual o rito, prazo e documentação exigida. Caso não seja admitida a execução por laboratório parceiro, poderia esclarecer se tal restrição não impediria o credenciamento de outra(s) clínicas e, com isso, o credenciamento de apenas uma clínica no Município de Presidente Olegário??

2.7. Parcela “mais complexa ou de maior valor” (item 5.2): esclarecer quais parcelas, no contexto de exames laboratoriais, o Município considera como “tecnicamente mais complexas” ou “de valor mais significativo” para fins do item 5.2, e quais exames, se houver, são expressamente **vedados** à execução por laboratório parceiro.

3. ESCALA DE EXECUÇÃO E CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO

3.1. Regime de escala “a ser determinada”, critérios objetivos
O edital prevê escala a ser determinada pela SMS visando distribuição igualitária (6.8).

- a) qual o critério de composição da escala (rodízio puro, capacidade instalada, prazos, qualidade)?
- b) como se garante transparência e impessoalidade?
- c) como será feita a distribuição quando houver exames com necessidade de referência?

3.2. Contradição interna: “ordem da escala” versus “ordem de classificação”

- a) Há previsão de reposição por próximo na ordem da escala e, em seguida, por próximo na ordem de classificação?
- b) Qual regra prevalece e como se define “classificação” em credenciamento?

4. PRAZO PARA ENTREGA DOS EXAMES

Considerando o item 4.14, “3 Hospital Municipal”, que fixa liberação em sistema em até **3 horas a partir da solicitação** e, considerando que o próprio edital prevê que fora do horário do contratado a **coleta e o transporte** serão realizados por servidores do Hospital Municipal, solicita-se esclarecer e retificar o marco temporal do SLA, a fim de tornar a obrigação mensurável e sob governabilidade do prestador.

Especificamente, requer-se que o prazo de 3 horas seja contado a partir de **(a)** “recebimento e registro da amostra no laboratório” (acessamento), ou subsidiariamente **(b)** “horário efetivo da coleta”, desde que o edital estabeleça registro obrigatório do horário de coleta e do horário de entrega da amostra ao laboratório, com previsão expressa de que atrasos de coleta e transporte não serão imputados ao contratado.

Quanto aos marcadores cardíacos (CPK, CKMB e TROPONINA), atualmente com prazo de 60 minutos, solicita-se esclarecer se o prazo será contado a partir

do **recebimento/registro da amostra no laboratório**, em linha com práticas usuais, evitando responsabilização por etapa pré-analítica.

5. PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

a) o esclarecimento formal dos pontos acima, com respostas objetivas, e, se cabível, publicação de **retificação** do edital para eliminar divergências e termos vagos;

b) a confirmação de que expressões abertas como “nota desabonadora” e “descumprimento de cláusulas contratuais” serão interpretadas com critérios objetivos, proporcionais e, preferencialmente, vinculadas a decisões definitivas e, inclusive, dentro de processo administrativo em que assegurou a ampla defesa e direito de recurso, por meio de intimação válida, evitando-se juízos genéricos restritivos da competitividade.

c) Requer, por fim, que as respostas sejam prestadas de forma expressa, objetiva e vinculante, com eventual publicação de retificação/nota esclarecedora, a fim de assegurar segurança jurídica ao procedimento e evitar interpretações restritivas ou aplicação desigual entre interessados.

Termos em que,

Pede deferimento.

Presidente Olegário, 15 de janeiro de 2026.

VIVA MAIS CLÍNICA DE SAÚDE LTDA
CNPJ Nº 55.317.979/0001-18
JULIAN GONÇALVES QUITILIANO